

REVISTA *ESTUDOS FEMINISTAS*
VOL.5, Nº 2, IFCS/URFJ, RIO DE JANEIRO, 1997*

MARTHA CELIA RAMÍREZ**

A revista *Estudos Feministas* tem se constituído numa importante referência para as/os estudiosas/os do feminismo, gênero, saúde e direitos reprodutivos, uma vez que oferece uma conexão importante entre a produção e discussão no plano acadêmico com a militância feminista. Isto é refletido na procedência de suas/seus colaboradoras/es, a maioria pertencentes às áreas das ciências humanas e sociais, vinculadas/os com a academia, a militância ou fazendo parte dessa interface.

Neste número, apesar de não haver um eixo temático na seção de artigos, vários deles colocam em discussão, na explicitação de um marco conceitual ou a partir da reflexão dos achados de pesquisas empíricas, elementos de grande atualidade na compreensão da discussão atual sobre identidade, alteridade, representação e dinâmicas de gênero. O dossiê está dedicado ao aborto, assunto que não perde vigência, uma vez que faz parte permanente da agenda dos grupos de mulheres.

Mesmo que no formato de revista a leitura dos artigos possa ser feita de maneira independente, encontrar em primeiro lugar o artigo de Angela Arruda, intitulado “A diferença não é mais aquela”, possibilita uma excelente introdução a conceitos e discussões chaves para a leitura dos artigos restantes. Nesta ocasião, Arruda alude aos resultados de sua pesquisa sobre a contribuição que grupos ecologistas e ecofeministas fazem à construção de novas sensibilidades em relação com o meio ambiente. Segundo a autora, a representação da relação homem/natureza é fundamental para o direcionamento das ações deste grupo, assim como para a estruturação dessa linha de pensamento. Para ela, um resultado novo é a tendência destes grupos a apagar a diferença e assimilar-se à natureza. Esses achados levam-na a uma pertinente e atual discussão acerca dos conceitos de diferença/alteridade e sua formulação no pensamento atual, que identifica a necessidade de uma re-fundamentação epistemológica como condição para a elaboração e significação de novas categorias portadoras de novos valores, onde a diferença não seja mais uma delas. Sobre a construção de categorias que, como gênero, são

* Recebido para publicação em setembro de 1998.

** Mestranda do programa de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

históricas e culturais, Arruda inclui linhas de pensamento que negam o generocentrismo, e apostam na necessidade de “sair da redoma do pensar-se apenas enquanto mulher, já que ninguém é só gênero” (p.271).

O artigo de Daniela Knauth, “O vírus procurado e o vírus adquirido. A construção da identidade entre mulheres portadoras do vírus da AIDS”, traz uma discussão sobre como aparecem as conceitualizações do outro social e do outro individual em um grupo de mulheres contaminadas pelo vírus. Os mecanismos ativados nesse grupo para restabelecer as diferenças mostram a mobilidade dos limites da alteridade, a redefinição de diferenças aparentemente inexistentes que, no caso de mulheres monogâmicas contaminadas, se estabelece pela via de contaminação. O artigo mostra como esses mecanismos constituem elementos importantes a serem considerados na definição de intervenções de tratamento e prevenção. A autora observa diversos níveis de alteridades, no entanto, mantém no seu discurso conceitos como “identidade feminina”, “essência das mulheres”, “identidades artificiais”, que levariam a pensar na existência de identidades naturais; ou refere-se à “identidade das portadoras do vírus” como relacional e circunstancial, nos levando a supor que as outras identidades não o fossem.

Jeni Vaitsman, no artigo “Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda”, discute as razões da diminuição do número de filhos e as implicações deste fato na mudança de valores e práticas de gênero entre mulheres urbanas de baixa renda. A autora problematiza e coloca em discussão a possibilidade epistemológica da construção de métodos e vocabulários que possam ir além das dicotomias redutoras das complexas relações sociais. Ela escreve:

Estamos diante de novos contextos e novos discursos – no senso comum e nas ciências. É nesse sentido que as categorias dualistas colocam-se como cada vez menos adequadas para se pensar essa condição contemporânea, até porque foram produzidas em um contexto histórico e teórico no qual contrapunham-se enquanto partes de realidades excludentes entre si.... (p.319)

O artigo “As relações entre os sexos no esporte”, de Eric Dunning e Joseph Maguire, seguramente constitui uma instigante contribuição para as/os estudiosas/os de gênero e esporte. Com trabalhos prévios sobre o esporte como área reservada ao gênero masculino, propõem-se, desta vez a fazer uma análise preliminar, introduzindo a dimensão esporte e feminilidade com o intuito de explicitar e evidenciar uma abordagem relacional. Adequando literalmente a análise à teoria dos processos de civilização de Norbert Elias, os autores visualizam o esporte moderno como um dos elementos do processo de civilização, que constitui para os

homens o principal local de aprendizagem e expressão das normas tradicionais da masculinidade. Por sua vez, sendo um campo reservado para os homens está, conseqüentemente, vedado para as mulheres, que ao fazerem seu ingresso nessa área são estigmatizadas ou 'masculinizadas'. A transformação civilizadora global visaria canalizar através do esporte, entre outras coisas, "as vantagens inatas do homem para o combate" (p.337), além de igualar os poderes potenciais de ambos os sexos. Assim, a crescente participação das mulheres neste campo seria uma tendência equalizadora; no entanto, vários aspectos desse argumento podem ser criticados. Por exemplo, a concepção de sujeito como um acúmulo de forças instintivas modeladas pelos "processos de civilização" que, no caso dos homens, estaria canalizando sua disposição violenta, mais predominante entre "... camadas sociais menos 'integradas' e menos favorecidas do ponto de vista sócio-econômico" (p.347). Para os autores, a luta das mulheres, e explicitamente, as conquistas do movimento sufragista estariam explicadas, pelo menos parcialmente, pela "desistência ou a redução do uso da violência contra elas por parte dos numerosos homens que viviam junto delas" (p.347). Por outro lado, se os autores conseguiram demonstrar que a importância dos esportes nos processos sociais tem sido negligenciada, terminam fazendo uma sobre-estimação do mesmo e fornecendo explicações nas quais as dimensões econômicas e reprodutivas, entre outras, são subestimadas na construção dos modelos de masculino/feminino na sociedade ocidental. Contudo, tal enfoque remete à idéia naturalizante de uma essência própria do sexo masculino e a uma visão evolutiva e etnocêntrica. Nesse enfoque, o processo de civilização se encontra mais distante das classes sociais mais desprovidas e as mulheres, por sua vez, estariam se adaptando a este processo, isto é, as conquistas feministas das últimas décadas seriam uma resultante do processo civilizador masculino.

Juntando as questões referentes a mulher e política, Mirian Goldenberg escreve sobre "Mulheres & Militantes", artigo relativo a uma pesquisa mais ampla sobre a construção social da identidade feminina no Brasil. A autora segue a trajetória de algumas mulheres, militantes nas organizações de esquerda, classificando-as em pré e pós 64. O trabalho, tendo como marco de referência as mudanças trazidas pela luta feminista, procura compreender os papéis e as representações sociais sobre a mulher no mundo público/político brasileiro, tradicionalmente dos homens. A análise do material biográfico coloca em evidência o papel secundário da maioria destas mulheres, cujo reconhecimento neste campo está dado pela relação com uma figura masculina; encontrando também no interior dos movimentos de esquerda a permanência dos modelos tradicionais de homens e mulheres.

Seguido deste artigo, Céli Pinto expressa seu ponto de vista acerca de “A sem-terra sem roupa!”. A questão colocada no cerne da reflexão também relaciona-se com a ‘identidade’, isto é, com as características ou condições que dão unidade a qualquer movimento e à existência das diferenças no interior do mesmo. Para Pinto, o que dá coerência aos movimentos não é somente a tolerância às diferenças, mas sim a possibilidade de incorporar e lidar com elas. Mesmo que a autora explore por outra via o assunto da liberdade moral dos movimentos (no caso, o MST), é difícil desligar sua leitura dos postulados de Mirian Goldenberg¹, acerca da permanência dos ‘valores e papéis tradicionais’ no interior de movimentos e partidos de esquerda que reivindicam a procura de sociedades mais igualitárias.

Também na linha de mulher e política, Valéria Souto-Maior em “A intuição feminista do Agitprop no teatro brasileiro em fins de século XIX” resgata a memória de Josephina Alvares. Através da genealogia deste gênero teatral e sua chegada no Brasil, conta as marcas deixadas nele por Josephina na segunda metade do século XIX, que encontrou na linguagem cênica um espaço para a crítica e a divulgação de suas propostas de reforma social, orientadas em particular à defesa da educação feminina e ao direito ao voto como condições necessárias para a emancipação das mulheres.

O aborto, tema de permanente atualidade e importância para o debate feminista, foi debatido no número 2 da REF de 1993, como parte do dossiê sobre mulher e direitos reprodutivos. Uma revisão nos artigos desse número, que explícita ou tangencialmente abordaram o tema, permite fazermos uma idéia de como está o debate quatro anos depois.

Os momentos nos quais foram publicados o número citado anteriormente e o atual da REF – que contêm debate sobre aborto – constituem por si só um dado importante. Enquanto que no ano de 1993 as preocupações estavam centradas nas discussões preliminares às conferências do Cairo e Beijing, neste último número a motivação esteve atrelada à visita do Papa ao Brasil. Tendo em foco o conteúdo dos artigos, duas mudanças podem ser identificadas nesse período. Por um lado, o debate sobre a regulamentação da lei sobre aborto legal e não sobre sua legitimidade, mesmo no contexto da visita papal, abriu uma margem de possibilidades às mulheres de outros estados do país para ter acesso a esse direito, assim como reafirmar o distanciamento entre os dogmas da Igreja Católica e as políticas públicas. Esta última questão é também analisada, neste número, por Jacqueline Pitanguy em “A visita do Vaticano ao Brasil”. Por outro, a retirada definitiva do Cytotec do mercado, nas

¹ GOLDENBERG, Miriam. Mulheres & Militantes, neste número da REF.

últimas semanas, diminuí as possibilidades de acesso a uma opção do aborto ilegal que as mulheres visualizavam de menor risco ou pelo menos com menores conseqüências médicas, sociais e econômicas. Assim, enquanto há algumas melhorias na cobertura do serviço de aborto legal, as 'possibilidades' para o exercício do direito ao aborto como opção ficam mais restritas. Isto quer dizer que a luta continua em andamento e as reflexões que oferecem as autoras do dossiê deste número assim o evidenciam.

Danielle Ardaillon, em "O lugar do íntimo na cidadania de corpo inteiro", oferece um panorama de sua tese de doutoramento "Cidadania de corpo inteiro. Discursos sobre o aborto em número e gênero". O ponto fundamental do artigo gira em função de como o livre acesso ao aborto questiona a idéia de cidadania, uma vez que os direitos, especialmente os reprodutivos, são pensados para indivíduos neutros e não para sujeitos "gendrados". Uma outra questão refere-se a se é possível falar de direitos individuais quando a reprodução envolve mulheres, homens e a sociedade; e se é possível falar de um direito universal quando o aborto é uma questão 'exclusiva' das mulheres, o que dificulta sua tradução a uma linguagem racional universal. Ardaillon analisa uma grande quantidade de informação obtida de diversas fontes: as variações discursivas sobre aborto na mídia nas três últimas décadas; o discurso da justiça sobre aborto; entrevistas com homens e mulheres de classe média sobre o significado social do "aborto no corpo e qual o corpo do aborto" e, finalmente, na escrita literária (romances de Margaret Atwood, Clarice Lispector e Jean-Paul Sartre), onde procura o indizível por seus entrevistadas/os, especialmente acerca do corpo e do entendimento de sua simbologia. Através da apresentação de seus achados, a autora discute o direito ao aborto à luz do conceito de cidadania no sistema judiciário brasileiro que, ao seu ver, "desfaz literalmente a possibilidade de individuação política tanto das mulheres como de outras minorias políticas" (p.387). Discutir o trabalho de Ardaillon para efeitos de uma resenha não é tarefa fácil, uma vez que os dados de sua pesquisa nem podem ser condensados em um artigo, nem podem ser amplamente debatidos aqui. O texto deixa várias questões de grande interesse para o debate do tema, mesmo que as diversas fontes das quais obtém os dados não fiquem claramente articuladas na discussão. A reflexão acerca da legitimidade de falar de direito individual e universal, quando o que está em discussão é o direito ao aborto – para a autora, uma questão exclusiva, própria das mulheres –, assinala a complexidade do problema, quando, além de analisar a legitimidade de direitos, introduzimos uma perspectiva de gênero, isto é, um enfoque necessariamente relacional, histórico e cultural. Tal discussão também conta com o corpo como outro fator

complicador, uma vez que é tido como aspecto fundamental para definir a 'cidadania de corpo inteiro'. No texto essa questão aparece pouco aprofundada, talvez seja óbvio, ao final, é o corpo da mulher que engravida. No entanto, a questão pode ser mais complexa se temos presente que o corpo fala através da linguagem que lhe damos, que as diferenças biológicas e suas funções são conhecidas através de suas representações, datadas historicamente e marcadas ideologicamente. As diversas questões que coloca Ardaillon, constituem uma boa oportunidade para pensar a articulação de enfoques sobre corpo, diferença, sujeito de direitos, entre outros, vindos do campo acadêmico e da militância.

De grande utilidade para as/os estudosas/os do tema é o artigo "Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil", de Sonia Corrêa e Angela Freitas. Várias metodologias têm sido desenhadas para calcular a epidemiologia do aborto. A mais recente e obrigatória referência é a pesquisa feita pelo Alan Guttmacher Institute (1994), sobre a incidência do aborto voluntário em cinco países latino-americanos, baseada em dados ajustados do número de casos atendidos nas redes dos sistemas públicos de saúde, com um fator de correção homogêneo para todos os países. As autoras reconhecem a importância de atualizar e ajustar tais dados para o debate, tendo presente a heterogeneidade na conformação do Brasil e as mudanças evidenciadas na Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde de 1996. A realização deste trabalho é um considerável percurso ganho, no qual as correlações entre os dados e análises mais exaustivas ficam como desafio para outras/os pesquisadoras/es interessadas/os no tema, partindo das tendências e heterogeneidades identificadas pelas autoras.

Por sua vez, Leila Linhares no artigo "O movimento feminista e a descriminalização do aborto" chama a atenção para a importância de estabelecer um diálogo com os juristas, levando-lhes as perspectivas de gênero e evidenciando as desvantagens que a ausência desse enfoque tem ocasionado para as mulheres. Também considera necessário aprofundar os argumentos ético-jurídicos na luta contra a despenalização do aborto, assim como fazer valer os compromissos assumidos nos Planos de Ação do Cairo e Beijing, especialmente na área de direitos reprodutivos. A mudança do código penal deve fazer parte da luta feminista com o objetivo de promover a autonomia da vida sexual dos indivíduos adultos sem intervenção do Estado na sua regulação. Por outro lado, indica estar atentas/os a argumentos que podem cair em armadilhas ou tendências conservadoras na luta pela defesa dos direitos das mulheres.

A mídia também foi matéria deste número de REF. Jacira Melo em "A polêmica do aborto na imprensa" faz uma análise aprofundada dos principais jornais do país, que constitui uma interessante via para

dimensionar o debate contemporâneo. O período analisado, 1996-1997, especialmente o correspondente ao segundo semestre de 1997, considera dois eventos importantes da discussão: a aprovação do PL 20/91 sobre a obrigatoriedade de atendimento pelos SUS dos casos de aborto legal e a visita do Papa ao Brasil. Períodos em que, obviamente, o número de artigos dedicados ao tema teve um aumento substancial. Duas grandes questões importantes devem ser ressaltadas desta pesquisa: o tema ganhou interesse para outros protagonistas, que não só as feministas ou as mulheres. Além disto, ficou evidente, uma vez mais, a força das redes feministas que conseguiram mudar, durante a visita papal, o padrão de publicações desfavoráveis ao direito ao aborto.

A dimensão religiosa ou moral não podia ficar ausente quando se trata de aborto. Na acertadíssima escrita de “O tratamento do aborto pela Igreja Católica”, Maria José Rosado Nunes coloca em evidência as estratégias de poder da Igreja Católica sob as quais se encobrem discursos divergentes, mostrando a inexistente homogeneidade discursiva projetada estrategicamente à população feminina, à mídia e ao meio político. Nessa matéria faz citações de estudiosos como Alberto Múnera, com importantes trabalhos de análise da doutrina da Igreja Católica e seus fundamentos teológicos, que poderiam ser de grande utilidade para que políticos, juristas e mulheres efetuassem uma análise mais autônoma, tolerante e permissiva do aborto como escolha, dentro dos mesmos argumentos e parâmetros religiosos.

Além do texto da “Carta Aberta por ocasião da visita do Papa ao Brasil”, escrita pelas Católicas pelo Direito a Decidir, este número da revista traz suas seções tradicionais, entre elas, as resenhas de importantes publicações recentes.

Nos debates teóricos contemporâneos, a categoria gênero, pensada originalmente como construção social das diferenças sexuais, é redimensionada e complexizada, uma vez que é articulada junto a outros fatores componentes das subjetividades, o que mostra a tendência a superar divisões consagradas numa perspectiva simplista dos binômios. Como disse Arruda, assinalam novos paradigmas que o mundo contemporâneo demanda, nos quais a divisão por gênero, mesmo que continue sendo importante, perde o peso que tivera nos anos 80. É essa também a visão de várias das articulistas deste interessante número. E é esse o desafio de tentar articular a luta pelos direitos reprodutivos dentro dos novos paradigmas que coloca a entrada ao terceiro milênio.